

TESOUROS DO NCE



**QUARTA
TEMPORADA**

EDIÇÃO 2018

TESOUROS DO NCE

Conheça a série "Mídia, infância, cultura indígena, relações étnico-raciais, gênero e violência" do Caça aos Tesouros do NCE (2018)

A quarta temporada dos Tesouros do NCE foi produzida no primeiro semestre de 2018 e trouxe valiosas reflexões acerca de temas como mídia, infância, cultura indígena, relações étnico-raciais, gênero e violência, todos atrelados aos conceitos de Educomunicação. Os enigmas que direcionaram os calouros da Licenciatura diziam respeito aos temas que permeiam diferentes realidades e foram produzidas com os materiais disponíveis no acervo do NCE.

Cultura indígena e o ambiente virtual como lugar de resistência

Por Guilherme Dantas Viana e Mariana Córrea Fontes

Brincar na rua é coisa do passado

Por Alef Castro e Marcelle Matias

Educomunicação e relações étnico-raciais

Por Murilo Vogt Rossi e Nuria Nogueira

A discussão de gênero nas escolas brasileiras

Por Bruna Garcia Kuba e Caroline Peralta Kazanji

A mídia é um veículo de violência?

Por Lilian Souza e Sabrina Lima

A produção do meio crítico

Por Rafaela Taborda e Tainah Barata

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES

MÍDIA E SOCIEDADE
PROF. DR. CLAUDEMIR VIANA

CULTURA INDÍGENA E O AMBIENTE VIRTUAL COMO LUGAR
DE RESISTÊNCIA

GUILHERME DANTAS VIANA - 7194222

MARIANA CORRÊA FONTES - 6885454

SÃO PAULO

JUNHO/2018

1. Identidade e educação indígena

Cinco séculos após o reconhecimento da terra brasileira, a sociedade se encontra totalmente diferente daquela que originalmente habitava aqui. A colonização portuguesa permitiu que, além do processo de escravização, a miscigenação ocorresse e o povo nativo, os indígenas, que outrora fora maioria, decrescesse a nível exponencial e tivesse muitos povos dizimados. Segundo o Censo Demográfico de 2010 realizado pelo IBGE, hoje a população indígena chega a 1% da população total, cabendo a eles 11% do território nacional, garantido pela Constituição Federal de 1988, o que possibilitou a perpetuação física, mas também a manutenção da cultura e tradições.

Nesse sentido, medidas na área educacional foram de suma importância, visto que anteriormente os indígenas sofreram com a imposição de cultura diversa da sua no processo educativo – vide o processo de catequização. Assim, o Ministério da Educação implantou o programa de desenvolvimento educativo indígena, com propostas específicas que garantem a disseminação da interculturalidade, respeito à etnicidade e ao multilinguismo. Tal projeto conta com o uso de material didático específico, como apostilas e livros, além da criação de programas direcionados para a formação de docentes indígenas. Em conjunto a isso, há a adequação de calendários e currículos, a fim de garantir toda a estrutura para um ensino efetivo, considerando todas as especificidades dessa população.

Essa necessidade de manutenção é defendida dentro de um contexto no qual há duas vertentes distintas, uma relacionada ao processo de globalização proveniente da divulgação de informações e a outra proveniente da necessidade de manutenção do que é local, que, como Candau (1995) defende, é um movimento que reafirma a especificidade de cada povo, grupo social, raça, sexo, entre outros e, por conta disso, há consciência acerca da identidade de cada grupo humano e de seu “reconhecimento, preservação e desenvolvimento segundo suas raízes específicas e seu ethos particular” (1995, p. 23).

Assim, há um processo de globalização que pede, para que não haja perda desse caráter local, medidas educativas específicas no contexto escolar. Ao se considerar todas as influências devastadoras pelas quais o indigenato passou, essa necessidade de manutenção se torna uma forma de sobrevivência dentro de uma sociedade puramente capitalista. Ribeiro (1979) fala que os povos tribais estavam destinados a desaparecer, devido à imposição cultural das massas. “Sucede, porém, que de repente estes povos começaram a reafirmar sua identidade étnica, orgulhosos dela e a reivindicar o comando autônomo do seu destino.” (1979, p.13)

Nesse sentido, Darcy Ribeiro tece uma perspectiva na qual a população em menor quantidade poderia sofrer influências diretas da população dominante e, por causa disso, desaparecer. Contudo, mesmo que reduzida, algumas populações conseguiram se sobrepor e, uma das formas, foi através da garantia de disseminação da sua cultura.

2. Tecnologia, educação e práticas educomunicativas

Com a apropriação da tecnologia na área educacional, a internet tornou-se uma ferramenta de comunicação nos mais diversos sentidos possíveis que abrange este termo, como a comunicação em massa, desde a transmissão de dados e informações formais e oficiais até o diálogo simples e pontual. Conforme Menezes (2001), a comunicação na internet não necessariamente se dará de maneira centralizada, uma vez que é possível que qualquer pessoa comunique algo.

Portanto, dado o potencial de alcance e de pesquisa da internet, é dever das instituições educativas e culturais incluir o seu bom uso de maneira crítica e responsável. Assim, Sartori (2010, p. 45) destaca a importância do educomunicador enquanto profissional voltado para “o uso de tecnologias nos espaços educativos, assessorando e coordenando processos de gestão da comunicação e da informação”.

Sartori (2010, p. 39) frisa a maneira como as atuais tecnologias tornam-se lugar de resistências, de autogestão e de manutenção de memórias próprias de cada grupo, podendo, assim, ser apropriada pelos indígenas em sua luta. Assim, as práticas educomunicativas são uma das várias formas de garantia desse alastramento. Embora o desenvolvimento tecnológico ainda seja uma realidade em processo, novas perspectivas educacionais são vistas no contexto técnico-científico e a educação indígena não poderia ficar excluída. O momento atual possibilita a inserção dessa comunidade em meio às mudanças comunicativas.

Algumas iniciativas dessa inserção no ambiente virtual se destacam para além daquelas da Fundação Nacional do Índio (FUNAI - <http://www.funai.gov.br/>) ou de ONGs (como a Índio Educa - <http://www.indioeduca.org/>) e de grupos autônomos (como o grupo Índios Online - <http://www.indiosonline.net/>). O canal no YouTube Vídeo nas Aldeias (<https://www.youtube.com/user/VideoNasAldeias>) é um projeto que, “por meio da formação de cineastas indígenas, possibilita a apropriação pelos índios de suas imagens e falas, de objetos de observação a sujeitos de seus próprios discursos”. Este canal é apenas um de muitos que estão pelo YouTube.

Não só com vídeos no YouTube a população indígena encontra uma maneira de se expressar. A possibilidade de criarem um blog ou mesmo, simplesmente, um perfil em redes sociais, como o Facebook (e, neste caso, páginas de divulgação e grupos na rede), pode dar visibilidade e voz a um povo que foi, durante séculos, calado e subjugado.

Referências Bibliográficas

- BRASIL, Ministério da Educação. O governo brasileiro e a educação escolar indígena. 1995-2002. Esplanada dos ministérios: Brasília, DF, 2002.
- CANDAU, Vera Maria. Educação escolar e cultura/s. **Tecnologia educacional**, Rio de Janeiro: ABT, v. 22, jul-ago, 1995.
- MENEZES, Philadelpho. Teorias da comunicação na globalização da cultura. IN: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo-Edgar A.; SILVA, Hélio (Orgs.). **Desafios da Comunicação**, Petrópolis: Editora Vozes, 2001. p. 117-124.
- RIBEIRO, Darcy. **Indigenato e campesinato**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1979.
- SARTORI, Ademilde Silveira. Educomunicação e sua relação com a escola: a promoção de ecossistemas comunicativos e a aprendizagem distraída. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo: ESPM, v. 7, n. 19, julho, 2010.

Brincar na rua é coisa do passado

Por Alef Castro e Marcelle Matias*



Figura 1: O vídeo game e sua influência.

Enigma: "Os jogos sempre trouxeram uma característica de aprimorar e estimular estratégias, principalmente no imaginário infantil. Mas a linguagem agressiva e com o teor de violência sempre foi presente nos games, como utilizar o paradigma de Educomunicação em tal situação vigente?"

Era quase todo dia, principalmente em finais de semana: acordar, tomar café, ligar o videogame e se divertir. Depois, vinha o almoço, mas logo teria mais videogame, o jantar e, às vezes, virar a noite jogando (por que não?). Quando eu queria brincar com os meus amigos na rua, minha mãe logo saía reclamando aos quatro ventos: "O mundo é muito perigoso, hoje em dia, as coisas estão mudadas: brincar na rua é coisa do passado". Da forma como minha mãe colocava, trazia aquela

famosa concepção de que violência urbana existe e está em crescimento, “todo cuidado é pouco”.

Retomo as falas de minha mãe quando penso o quanto a violência ganhou uma tamanha preocupação na sociedade, fazendo com que a tal resolva isolar-se em suas casas — para não dizer “fortes” —, protegidas por muros e portões eletrônicos. Em meus estudos, me deparei com o livro “ *O cotidiano infantil violento: Marginalidade e Exclusão social*” , nele Márcia Mereuse, graduada em psicologia e doutora em Ciências da Comunicação trata sobre a questão da violência infantil. A autora relata:

“O espaço restrito ao lazer (...) marcados por situações de risco, vem fazendo com que as pessoas mais e mais restrinjam à TV, ao vídeo (...). Assim, os meios de comunicação atendem às necessidades dos indivíduos de interagirem de forma segura (...) e, nesse sentido, ao reproduzirem o real ou apresentarem a violência através da ficção, não ficam imunes às discussões relativas ao tema.” (MAREUSE, 2007, p.42)

É como o exemplo de minha mãe: na tentativa de privar-me da violência das ruas, não imaginava o quanto esse mal poderia ser presente até mesmo dentro de nossa casa. Comprar um videogame não foi a solução – fiquei exposto aos mais diversos conteúdos através dos jogos, como: a violência, jogos com objetivos envolvendo matar outros personagens, sexo, etc. O problema torna-se mais complexo a partir da concepção, criada pelo consenso, de que a violência encontra-se prioritariamente nas ruas, coincidindo com o “fato de que a própria sociedade não tem se dado conta da importância de reconhecer outras formas de violência, ou mesmo pouco se interessam em identificar as possíveis inter-relações entre as diferentes manifestações.” (MAREUSE, 2007, p. 43) não imaginando o quanto ela pode estar, por exemplo, em comerciais, filmes, programas infantis e nos próprios videogames, marketizando a violência, “como se fossem produtos vendáveis” (MAREUSE, 2007, p. 43).

Sendo assim, o vídeo game me deixou “seguro” em casa, longe de perigos externos. Porém eu absorvi muitas informações antes da hora emocionalmente “certa” para tal. A TV acaba por permitir “experiências antes reservadas aos adultos: cenas de violência ou intimidade sexual que uma criança pequena não seria capaz de imaginar a partir de uma descrição verbal são agora apresentadas direta e

graficamente na tela da televisão” (BUCKINGHAM, 2002, p.38), meus pais viram o vídeo game como uma salvação e “babá eletrônica” como diz David em sua obra.

Contudo, o vício não veio apenas a me prejudicar, pois, com ele, acabei adquirindo contato com muitas outras coisas, como por exemplo: aprimorei meu inglês, aprimorei meu raciocínio lógico, aprendi a dançar e foquei minha competitividade nas artes marciais de forma saudável. Com os jogos, onde tudo era comunicado através do inglês, criei um apreço favorável a língua estrangeira (até entrei num cursinho de inglês e hoje sou intermediário). O desenvolvimento do meu raciocínio lógico — através de jogos estratégicos como os de RPG (Role-playing game: jogo de interpretação de papéis) , como exemplo, Final Fantasy — ajudou-me com matemática, fazendo com que me aproximasse mais desta matéria.

Apesar de não chegar a me familiarizar muito com futebol — grande e estimado o esporte pelos garotos da minha faixa etária na época —, adquiri um jogo chamado Just Dance, com o objetivo de aprender a dançar, o que no futuro me fez entrar em uma escola de danças. Talvez por uma influência de jogos com luta, fez com que eu começasse a praticar jiu-jitsu, uma arte marcial na qual eu coloquei em prática a criança “viciada” em video games num patamar externo e de forma saudável. Jogos como The Sims me fizeram um dia pensar em ser arquiteto. Hoje, curso Licenciatura em Educomunicação.

A Educomunicação é realizada através das práticas sociais, práticas que são questões fundamentais para refletir o assunto e pensar em soluções. Tive a oportunidade de estar em espaços culturais e educativos que me proporcionaram a experiência de conhecer educadores, que mediaram diversas atividades e contribuíram para minha construção social e reflexão sobre o mundo. Nestes espaços, tive contato com atividades que possibilitaram-me aplicar as estratégias de meu cotidiano, aprendidas no mundo dos games.

É papel do educador fazer análise dos conteúdos produzidos para a infância, discutir as problemáticas da “marketização da violência”, criar projetos que relacionem os jogos à atividades lúdicas e educativas — estimulando as práticas e os pontos positivos destes meios de entretenimento — e atuar no auxílio e/ou produção de novos modelos de jogos e conteúdos educativos.

Segundo Claudemir Edson Viana, doutor em Ciências da Comunicação e professor de Licenciatura em Educomunicação da Universidade de São Paulo; (...) nossos jovens precisam dominar as linguagens que se entrecruzam em seu cotidiano,

cada vez mais globalizado através da mídia, mas um cotidiano constituído também a partir das referências que eles têm do seu dia-a-dia. (VIANA, 2000, p. 54)

Criar possibilidades para que crianças e jovens ocupem outros espaços — quebrar a lógica do medo e de entretenimento privado em seus lares — é fazê-los que tenham contato com outras atividades lúdicas, outros discursos e reflexões; desenvolvendo suas leituras críticas e possibilitando o desenvolvimento de suas habilidades, através da “capacidade (...) de estabelecerem relações cognitivas entre elementos do seu cotidiano e os apreendidos durante as aulas, 'somados' para a construção do conhecimento sobre sua realidade” (VIANA, 2000, p.51).

**Estudantes do curso de Licenciatura em Educomunicação ECA-USP*

Educomunicação e relações étnico-raciais

Por Murilo Vogt Rossi e Nuria Nogueira*

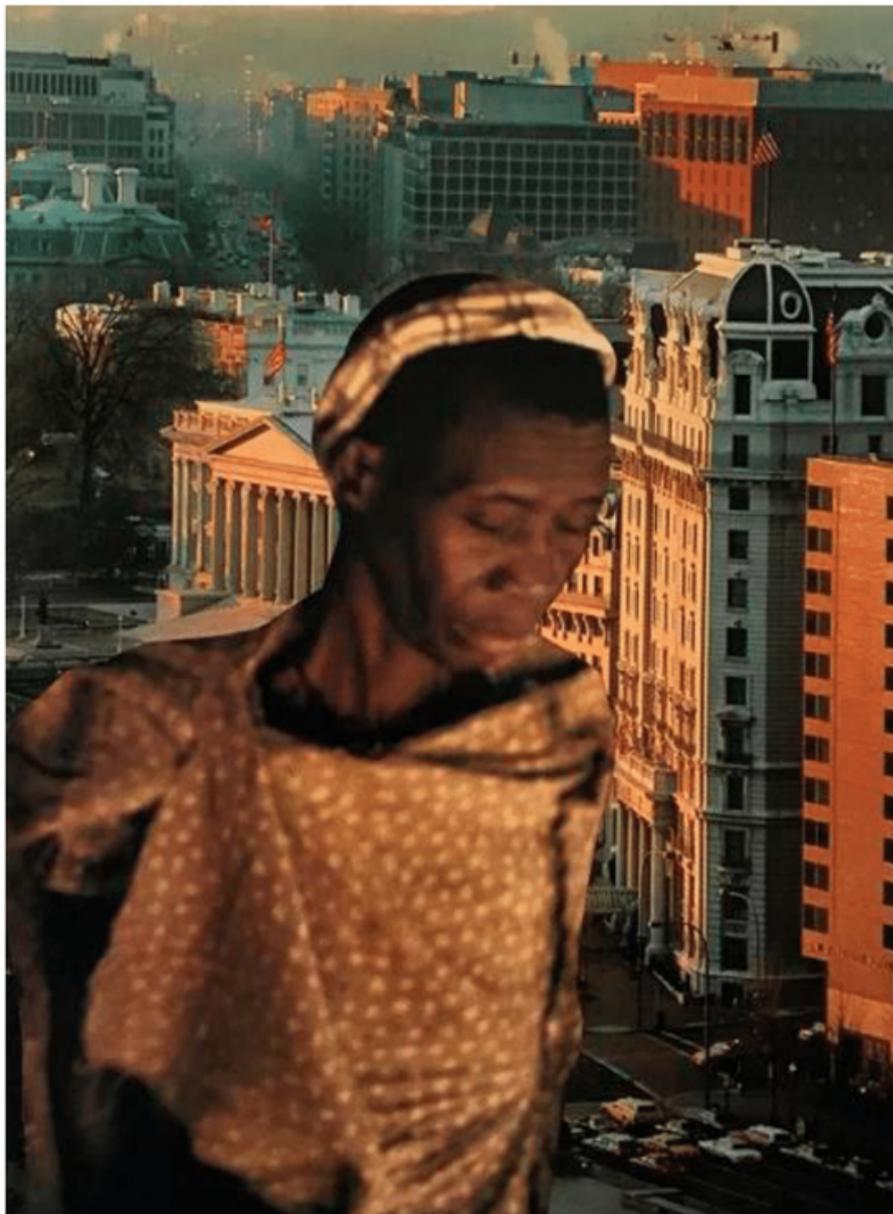


Figura 1: Representação da população negra no meio social.

Enigma: “Sabemos que o Brasil é um país onde a maioria da população é negra, sabemos também da existência de um racismo estrutural que afeta essa população. Seja em sua representatividade nos meios de comunicação, seja na oferta de emprego ou mesmo em sala de aula. Com isso em mente, olhe ao seu redor e veja se acha aqui no NCE algum evento que trate do tema, não se esqueça de olhar para cima, para os lados pois cada pista pode estar no alcance da vista.”

Vídeo “Criança negra sofre racismo de outras crianças em parque da Espanha”: <https://youtu.be/nGlzJvVgYYE>

O vídeo acima nos traz uma cena muito comum ocorrida em ambientes públicos e privados, seja em países pobres, ricos ou em desenvolvimento. Ele mostra uma família de negros sendo discriminada num parquinho aparentemente público. Mas o que mais se destaca é o preconceito praticado inclusive entre as crianças.

Mas por que fatos como esse ainda ocorrem numa sociedade que cada vez mais é informada, tecnicizada e cientificizada? É uma questão um tanto complexa, mas podemos tecer alguns apontamentos sobre isso.

O processo de colonização, ocorrido num primeiro momento a partir do século XV e intensificado a partir do século XIX, subjugou grande parte de nosso mundo. Os países ditos desenvolvidos (com o mercantilismo seguido do industrialismo), em sua grande parte europeus, dominaram com “mãos de ferro” a América, a África e a Ásia, sempre com o intuito de exploração do trabalho e maximização geométrica dos lucros e de suas riquezas.

Muitas vidas foram ceifadas e um legado cultural cruel foi deixado como herança para as populações nativas que ainda não tinham sido exterminadas. Na prática, os que não morreram tiveram que conviver com uma cultura estranha, influenciada pelo cristianismo e suas vertentes sociais, econômicas e políticas.

Com isso, o processo educacional, seja em sua dimensão formal ou informal, foi e é influenciado por questões étnico-raciais que segregam as populações nativas (negros e miscigenados) e brancas europeias.

Segundo o Núcleo de Estudos Negros (NEN), de Florianópolis – SC, as relações raciais na educação perpassam por um tratamento desigual sofrido pelos negros na própria educação e no mercado de trabalho. Além disso, há uma escassez bibliográfica sobre o tema, inclusive nos livros didáticos. Estatisticamente falando, ainda segundo tal núcleo, o IBGE e o DIEESE4, por exemplo, trazem dados alarmantes sobre o fosso que separa negros e brancos,

principalmente no que se condiz a questões educacionais, salariais e de emprego.

Mas como reverter – ou mesmo amenizar - tal quadro a partir de práticas educacionais? Um dos avanços na legislação educacional brasileira foi a instituição da Lei 10.639/03 que estabelece obrigatoriedade nos currículos das redes particulares e públicas o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana.

Entretanto, tal como as novas metodologias educacionais que despontam na teorização acadêmica, a implementação nas escolas, a partir dos planos pedagógicos e da própria consolidação de uma nova cultura escolar, não é tão simples e automática. Segundo Prandini (2016) um dos motivos de tal dificuldade é o próprio silenciamento das diversas instituições escolares em relação ao racismo, ao preconceito e à discriminação, fruto de uma orientação histórica baseada no eurocentrismo. E a autora ainda destaca:

[...] Já se passaram anos desde a aprovação da Lei Federal 10.639/03 e os avanços foram pequenos e esparsos. A escola ainda se volta - em grande parte - às manifestações da cultura negra, por exemplo, exclusivamente no mês de Novembro, quando se celebra o Dia da Consciência Negra (no dia 20) (PRANDINI:2016, p.7).

Como consequência dessa ausência de uma reflexão cotidiana, Prandini (2016) discorre sobre a questão racial no planejamento escolar, observando empecilhos na promoção de relações interpessoais igualitárias entre alunos brancos e negros. Para os afrodescendentes são apresentadas oportunidades diferentes para se sentirem aceitos, respeitados e positivamente participantes da sociedade brasileira, causando, a partir da origem étnica, um tratamento diferenciado na escola.

Conhecendo a temática e problematizando-a, há uma necessidade de uma intervenção educacional a partir dos pressupostos teóricos e práticos dessa. Para isso o estabelecimento de ecossistemas comunicativos é essencial, transformando as escolas em locais onde o conhecimento é trocado toda hora, cotidianamente, enraizando na cultura escolar a utilização de ferramentas de comunicação aliadas ao processo de aprendizagem (PRANDINI:2016, SOARES:2002).

A ação educomunicativa visa prioritariamente uma mudança da temática em relação ao negro, substituindo sociabilidades que encaram-no como “outro” ou mesmo “diferente” por conceitos que se aproximam mais a familiaridade do que à diferença, construindo identidades afirmativas.

Muitas outras proposições poderiam ser colocadas aqui, pois a educomunicação, nos dias de hoje, amadureceu e seus preceitos teóricos e práticos realmente são promissores, como demonstram as inúmeras pesquisas. Mas o importante mesmo é construir uma escola que realmente permita aos seus sujeitos escolares – com o foco nos estudantes – vislumbrar uma existência em sociedade que privilegie sempre o respeito, a tolerância e acima de tudo dar condições para que a escola proporcione a cultura de paz e o entendimento de si próprio e do outro.

**Estudantes do curso de Licenciatura em Educomunicação ECA-USP*

A discussão de gênero nas escolas brasileiras

Por Bruna Garcia Kuba e Caroline Peralta Kazanji*



Figura 1: Manifestação em São Paulo contra estupro coletivo de adolescente no Rio de Janeiro.

Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2017/06/24/84-dos-brasileiros-apoiam-discutir-genero-nas-escolas-diz-pesq_a_22583250/>

Fonte: Huffpost.

Créditos: XINHUA NEWS AGENCY VIA GETTY IMAGES.

Enigma: “Para ser mulher ou até mesmo homem é necessário resistir. Algumas atitudes dentro de sala de aula praticada por educadores fazem toda a diferença na afirmação sexual de nossos jovens. Essa questão poderia ser encontrada eventualmente no acervo do NCE?”

Desde os primeiros contatos que a criança tem com a sociedade, a interação e a troca de informações com outros marca o início da inserção da criança dentro de uma cultura. A escola se torna um de seus mundos de aprendizado e oferece o ensino de

diversas matérias, costumes e ideias os quais a criança vai absorvendo e se transformando de formas distintas, ou seja, não padronizada. Cada escola tem suas características e nisso botam os alunos até se formarem de acordo, como mostrado no trecho que critica a educação formal:

A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. (LOURO, 1997, p. 58)

O debate de gênero nas escolas é um modo de transformar costumes enraizados em nossa cultura – como o sexismo, expresso por atitudes e opiniões que julgam um ser pelo seu sexo e o machismo, que julga o masculino como ser “superior” à mulher - em um hábito feminista, isto é, uma relação social que é baseada na igualdade de gêneros, como é expresso no trecho:

Atualmente, existem centenas de grupos feministas e de mulheres no Brasil, que se organizam na defesa dos direitos das mulheres, retomando lutas históricas que marcaram a trajetória do feminismo, em especial a partir dos anos 1970. Este fato denuncia que uma efetiva igualdade de direitos e de oportunidades ainda não se consolidou e que ainda há muitos caminhos a serem percorridos pelo movimento. (WOITTOWICZ, 2010, p. 59) (PEDRO, 2010, p.59)

Mostramos então um jeito de mudar a cultura brasileira pela raiz, ensinando aos alunos, a igualdade de direitos entre os gêneros no intuito de abrir a mente e espaços para as pessoas refletirem sobre seus valores e a respeito dos motivos que as fazem praticar preconceitos relacionados ao gênero como machismo, sexismo, homofobia, entre outros, logo cedo enquanto estão em fase de construção de caráter.

A cada tempo que passa, essa discussão toma mais atenção popular e conseqüentemente apresenta reações polêmicas. Podemos ver, por exemplo em uma pesquisa Ibope encomendada pela instituição Católicas pelo Direito de Decidir, sobre a qual o site Huffpost Brasil¹ trata em matéria publicada em 24/06/2017, mostra que:

¹ Disponível em: <<https://www.huffpostbrasil.com/2017/06/24/84-dos-brasileiros-apoiam-discutir-genero-nas-escolas-diz-pesq-a-22583250/>>.

Na contramão de projetos de lei que pregam a Escola Sem Partido, a maior parte dos brasileiros é a favor de discutir assuntos ligados a gênero em sala de aula. É o que revela pesquisa Ibope encomendada pela instituição Católicas pelo Direito de Decidir.

Concorda que professores devem discutir igualdade de sexos?

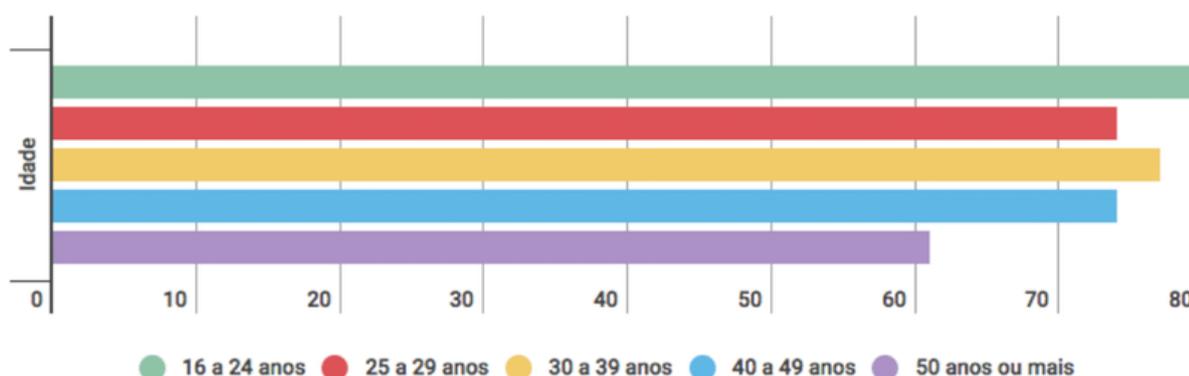


Figura 2: Gráfico de idade. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2017/06/24/84-dos-brasileiros-apoiam-discutir-genero-nas-escolas-diz-pesq_a_22583250/

Fonte: Huffpost.

De acordo com a imagem 2, um exemplo das variantes da pesquisa, os mais velhos, de 50 anos ou mais representados pela cor lilás, são os que menos apoiam com um pouco mais de 60% de aprovação à ideia por não terem esse tipo de conteúdo enquanto crianças ou jovens durante a educação básica. Já os jovens entre 16 e 24 anos, representados pela cor verde, são os que mais apoiam (com 80% de aprovação) por perceberem essa diferença social em seu cotidiano. Também observamos a reação de população com o projeto de lei de Rio Grande, sul do Rio Grande do Sul, que pretendia proibir o debate de questões de gênero e sexualidade nas escolas municipais, de acordo com o portal G1². A reação foi de cunho polêmico de partes contrárias e favoráveis ao projeto, não houve consenso nem aprovação ao projeto, mas mesmo com

² Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/projeto-contra-discussao-sobre-genero-em-escolas-gera-polemica-e-discussao-em-rio-grande.ghtml>>

toda a polêmica, tal tema foi discutido e analisado, o que aumenta a chance do debate acontecer.

Há também um crescimento do preconceito em relação a esse debate, usado como argumento a “vitimização” das mulheres, a “esquerdização” do assunto e a influência de sua orientação sexual, o que conseqüentemente fragiliza o movimento.

Uma das respostas conservadoras a esse debate está em novas escolas que optam por ser de sexo único, isto é, destinadas apenas a meninos ou meninas. Atualmente há mais de 600 adotando essa prática no Brasil, de acordo com o trecho de uma matéria da Gazeta do Povo³ :

O declínio das escolas da educação singular, também conhecidas pelo termo single-sex (sexo único, em tradução livre), ocorreu por causa do desgaste de currículos tradicionais. Hoje, as escolas do tipo ressurgem com a proposta de se adaptar aos ritmos diferentes de cada gênero, apoiada em estudos que apontam diferenças no desenvolvimento cognitivo e social de meninos e meninas.

Essa reação se mostra conservadora por acreditar que existe diferença no estilo de aprendizado entre os gêneros. Contudo, o debate sobre gênero está ganhando mais visibilidade, com o crescimento do movimento feminista, as mulheres têm questionado e discordado dos privilégios que os homens têm. Por mais que em alguns lugares essa discussão esteja causando uma reação negativa, o tema está sendo visto e pensado. Podemos ver também que os jovens estão tomando mais consciência com as redes sociais informando a cada instante, principalmente assuntos polêmicos como o feminismo e suas diversas pautas e com isso, influenciando os adultos a pensarem sobre tal assunto e perceberem que essa cultura deve mudar com o compartilhamento de ideias, notícias para mostrar que a reflexão e a tolerância é algo necessário e também o início de um debate fora das redes sociais, tanto em casa quanto na escola. A discussão sobre feminismo, machismo, sexismo entre outros são, portanto, necessários na escola brasileira nos dias de hoje.

³ Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/so-para-meninos-ou-meninas-escolas-com-sexo-unico-voltam-a-ganhar-espaco-6ntf28dmqom2gy6q5z9yg0a6r>>

Com tal importância dada ao tema, a educomunicação atua como mediadora do debate, como, por exemplo, no uso da mídia para compartilhar o conteúdo educacional sobre igualdade de direitos aos usuários de redes sociais e a expansão cultural e informativa que a mídia traz para a vida das pessoas, como por exemplo visto no encontro de especialistas, como Maria Rehder, educadora, coordenadora da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e vice-presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom), para debater a pauta com o título **Educação, Gênero e Sexualidade: desafios e boas práticas**, feito no auditório do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) no centro de São Paulo e sendo pauta de matéria⁴ publicada em 04/08/2017 pelo portal Setor3, site de informações da Senac São Paulo⁵, de acordo com a matéria “Maria focou sua fala nos planos de educação e sua visita com a equipe técnica da área de educação para denunciar violação dos direitos dessa área e de direitos humanos”.



Figura 3: Especialistas defendem pauta educacionais para formação crítica de estudantes.

Fonte: <http://setor3.com.br/genero-e-sexualidade-sao-temas-de-seminario-em-sp/>

Crédito da imagem: Jefferson Rozzeno/ViraçãoEducomunicação

⁴ Disponível em: <<http://setor3.com.br/genero-e-sexualidade-sao-temas-de-seminario-em-sp/>>

⁵ Disponível em: <<http://setor3.com.br/setor3/>>

Mostrando o que acontece fora de sua cidade e/ou país em que se vive, o conteúdo e o modo que se passa a informação transformam-se dentro da sala de aula, pelos alunos por terem mais consciência do que acontece no mundo, enriquecendo e abrindo espaço para os debates sociais.

**Estudantes do curso de Licenciatura em Educomunicação ECA-USP*

A mídia é um veículo de violência?

Por Lilian Souza e Sabrina Lima*

“A maior parte de nós conhece e teme a tortura e a cultura do terror unicamente através das palavras dos outros. Por isso preocupo-me com a mediação do terror através da narrativa e com o problema de escrever eficazmente contra o terror” Michael Taussig- Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem.”



Figura 1: Imagem retirada do Vídeo clipe Chained To The Rhythm da cantora norte-americana Katy Perry em seu canal Vevo no Youtube.

Enigma: “Cinema e imagens foram notícias situações extremas de assassinatos em massa em salas de cinema com disparo de metralhadoras por pessoas a quem atribui-se a influência de imagens e cenas similares presente nos filmes. Será que a imagem tem esse poder?”

Na atualidade, é inevitável a exposição do indivíduo aos meios de comunicação, que são fundamentais para estabelecer contato com o mundo social, ao mesmo tempo que são responsáveis por mediar discursos e narrativas repletos de ideologias e valores, inclusive sobre a representação da violência.

Que, segundo Taussig, é narrada e demonstrada sempre de forma banalizada ou melodramática. Neste contexto, enquanto meros espectadores, somos ensinados sobre o que é violência e como devemos temê-la, como a escritora *Elizabeth Rondelli* argumenta: “temos medo da aids; de morrer de câncer, dos acidentes de carro e de avião [...]; do enfarte, da poluição e das doenças que esta provoca; e dos ladrões e assassinos soltos pelas ruas.”

Ademais, *Pinheiro* pontua que na correspondência entre realidade e ficção “*Não há uma correlação positiva entre identificação com o personagem e comportamento agressivo-assiste a um filminho de Rambo e vai estourar um banco? Não é bem assim*”.

Desta forma, a imagem utilizada em veículos de comunicação como por exemplo o cinema, tem apenas o poder pedagógico e não de influência nas atitudes e condutas do sujeito. Entretanto, existe um grande esforço por parte das mídias no tratamento da violência, que frequentemente fazem uso da espetacularização, sensacionalismo e dramatização. Tais estratégias têm o intuito de envolver o público, como é o caso de alguns noticiários de fim de tarde, que trazem uma abordagem de crimes hediondos e perseguição policial com enfoque massivo na violência, se distanciando da realidade, o que leva a sua naturalização e banalização, além de resultar no fascínio e impacto emocional por parte do audiente *Taussig, Michael*. O tema também é debatido no artigo *Do Cinema ao Youtube, a espetacularização da violência se renova*, escrito pelos alunos Lucas Fersa e G. Marina Ferreira da Licenciatura de Educomunicação da USP.

Afinal, a imagem tem poder? Qual a sua influência?

“O peculiar prazer de gritar diante da imagem de uma locomotiva subitamente animada não indica um público desejoso de tomar a imagem pela realidade, mas sim um espectador cuja experiência cotidiana perdeu a coerência e a imediatez tradicionalmente atribuídas à realidade: é esta ausência de experiência que cria o consumidor faminto de emoções”.
(Gunning, 1995)

Por certo, não consumimos experiências e sim imagens, que são absorvidas, e rapidamente superadas pela vontade de se surpreender e recriar determinados sentimentos e emoções.

Para explicitar melhor o assunto, consideramos o veículo midiático cinema, que na conjuntura de “imagem violência”, constrói sua narrativa com agressores e vítimas, e objetiva germinar no espectador sentimentos diversos como: susto, tensão, nojo e ansiedade, através da exploração da encenação violenta *Taussig, Michael*.

Nessa linguagem, podemos explicitar o cineasta Quentin Tarantino conhecido por filmes como *Cães de Aluguel*, *Kill Bill* e *Pulp Fiction*, que o tema violência presente em basicamente todas as suas obras, sempre de forma estilizada, espetacularizando a sua atuação que difere da realidade, e igualmente pretende causar sensações citadas

anteriormente em quem assiste ao seu filme, através de uma estratégia narrativa que desde o início oferece pistas ao seu público sobre a personalidade dos personagens.

De acordo com a obra de Rose Satiko Gitirana Hikiji, *Imagem-violência: etnografia de um cinema provocador*, os filmes “*não são relatos realistas, mas ‘dramatizações’ da realidade. O filme, como um mito, relaciona-se com a realidade de forma dialética, estabelecendo parâmetros ao espectador*”. Para o francês Edgar Morin, citado na obra de Hikiji, o cinema permite que o indivíduo experimente, através dos filmes, situações que seriam perigosas na vida real.

Em seu livro, Hikiji destaca como a violência no cinema pode provocar nos telespectadores uma nova forma de pensar sobre o assunto e não apenas os sentimentos anteriormente citados. Com foco na análise de filmes lançados na década de 90, a autora mostra que as produções do cineasta Tarantino levavam o espectador a questionar quem “merecia” ou não a morte em seus filmes. Além disso, algumas cenas de terror provocavam o riso no telespectador, atitude não esperada num cenário real e que, portanto, torna-se provocadora e induz o público à reflexão.

Além disso, deve-se considerar que cada espectador interpreta as informações recebidas através dos filmes de forma diversa. Weber afirma que “*o evento está condicionado pela orientação do nosso interesse de conhecimento, e essa orientação define-se conforme o significado cultural que atribuímos ao evento em questão em cada caso particular*”. Portanto, a violência assistida no cinema pode ser recebida pelo público em diferentes intensidades, sendo projetada de acordo com a vivência e valores de cada indivíduo.



Figura 2: Imagem retirada do Vídeo clipe Chained To The Rhythm da cantora norte-americana Katy Perry em seu canal Vevo no Youtube.

Sendo assim, mesmo não influenciando nas ações diretas do sujeito, é necessário conhecer o poder da imagem questionando sua simbologia nas mídias, e como intensificam o propósito de uma mensagem, tornando-se um acessório de persuasão para auxiliar na construção de um discurso. A imagem é, portanto, um recorte da realidade editado ou não, por isso é de suma importância desenvolver uma leitura crítica dos processos comunicacionais para identificar a sua funcionalidade e relacioná-la no contexto.

Para rebater tais fraquezas de interpretação, e elucidar a população, novas áreas estão surgindo, como a Educomunicação, que se encarrega de suscitar e desenvolver o senso e habilidade crítica no indivíduo. Isso é feito através de reflexões, debates e questionamentos a respeito das intenções comunicacionais de cada narrativa, expondo-as, com o propósito de viabilizar uma consciência social mais crítica e menos alienada.

**Estudantes do curso de Licenciatura em Educomunicação ECA-USP*

A produção do meio crítico

Por Rafaela Taborda e Tainah Barata*



Figura 1: Representação da Fake News. Disponível em: <https://betbonus.xyz/bet/mostpopular>.

Enigma: A vida na cultura digital sempre está permeada por práticas de risco e oportunidades. Mesmo um “Google” da vida pode nos levar a ciladas que não percebemos, como notícias falsas. Como a educomunicação pode nos ajudar nisso?

Com apoio da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), do Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (PROJOR), do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio (ITS) e do Instituto Mackenzie, o Facebook lançou o seguinte guia para auxiliar na identificação das fake news: Queremos impedir a divulgação de notícias falsas no Facebook. Saiba mais sobre o nosso trabalho. Enquanto trabalhamos para conter a disseminação, eis algumas dicas:

1. Seja cético com as manchetes. Notícias falsas frequentemente trazem manchetes apelativas em letras maiúsculas e com pontos de exclamação. Se alegações chocantes na manchete parecem inacreditáveis, desconfie.
2. Olhe atentamente para a URL. Uma URL semelhante à de outro site ou um telefone podem ser um sinal de alerta para notícias falsas. Muitos sites de notícias falsas imitam veículos de imprensa autênticos fazendo pequenas

mudanças na URL. Você pode ir até o site para verificar e comparar a URL com a de veículos de imprensa estabelecidos.

3. Investigue a fonte. Certifique-se de que a reportagem tenha sido escrita por uma fonte confiável e de boa reputação. Se a história for contada por uma organização não conhecida, verifique a seção “Sobre” do site para saber mais sobre ela.

4. Fique atento a formatações incomuns. Muitos sites de notícias falsas contêm erros ortográficos ou apresentam layouts estranhos. Redobre a atenção na leitura se perceber esses sinais.

5. Considere as fotos. Notícias falsas frequentemente contêm imagens ou vídeos manipulados. Algumas vezes, a foto pode ser autêntica, mas ter sido retirada do contexto. Você pode procurar a foto ou imagem para verificar de onde ela veio.

6. Confira as datas. Notícias falsas podem conter datas que não fazem sentido ou até mesmo datas que tenham sido alteradas.

7. Verifique as evidências. Verifique as fontes do autor da reportagem para confirmar que são confiáveis. Falta de evidências sobre os fatos ou menção a especialistas desconhecidos pode ser uma indicação de notícias falsas.

8. Busque outras reportagens. Se nenhum outro veículo na imprensa tiver publicado uma reportagem sobre o mesmo assunto, isso pode ser um indicativo de que a história é falsa. Se a história for publicada por vários veículos confiáveis na imprensa, é mais provável que seja verdadeira.

9. A história é uma farsa ou uma brincadeira? Algumas vezes, as notícias falsas podem ser difíceis de distinguir de um conteúdo de humor ou sátira. Verifique se a fonte é conhecida por paródias e se os detalhes da história e o tom sugerem que pode ser apenas uma brincadeira.

10. Algumas histórias são intencionalmente falsas. Pense de forma crítica sobre as histórias lidas e compartilhe apenas as notícias que você sabe que são verossímeis.

A partir dessa ação da rede social, é possível entender como a Internet, com sua vastidão de informações, compartilhadas por seus usuários, carrega grandes perigos, principalmente para uma geração que já nasceu dentro do ambiente cibernético e desconhece sua história de criação e desenvolvimento. Até o século XX, a informação era veiculada por fontes estáveis e periódicas, com credibilidade moral e social - apesar de, hoje, ser explícito que a informação

é editada e produzida, carregada de discursos ideológicos e simbólicos. Atualmente, em contrapartida, a informação vem de todos os lados; e a informação que antes era editada por um grupo seletivo de pessoas passa a carregar perspectivas ainda mais amplas e complexas, interligadas por diferentes subjetividades e visões sobre os fenômenos.

Convém citar Baccega (1994), que trata do assunto da seguinte maneira: “O mundo que nos é trazido, que conhecemos e a partir do qual refletimos é um mundo que nos chega EDITADO, ou seja, ele é redesenhado num trajeto que passa por centenas, às vezes milhares de filtros até que “apareça” no rádio, na televisão, no jornal. Ou na fala do vizinho e nas conversas dos alunos. São esses filtros - instituições e pessoas – que selecionam o que vamos ouvir, ver ou ler; que fazem a montagem do mundo que conhecemos. Aqui está um dos pontos básicos da reflexão sobre o espaço onde se encontram Comunicação e Educação e que gostaríamos de mostrar: que o mundo é editado e assim ele chega a todos nós; que sua edição obedece a interesses de diferentes tipos, sobretudo econômicos, e que, desse modo, acabamos por “ver” até a nossa própria realidade do jeito que ela foi editada. Editar é, portanto, construir uma realidade outra, a partir de supressões ou acréscimos em um acontecimento. Ou, muitas vezes, apenas pelo destaque de uma parte do fato em detrimento de outra. Editar é reconfigurar alguma coisa, dando-lhe novo significado, atendendo a determinado interesse, buscando um determinado objetivo, fazendo valer um determinado ponto de vista.” (p. 7, 1994)

Considerando o cenário em que a informação nunca foi, de fato, imparcial, torna-se essencial criar a consciência coletiva de que a leitura crítica da mídia, incentivada pela educação, reconhecendo que os espaços educativos servem, dentre outras funções, para ajudar o indivíduo a viver a vida coletiva com pensamento livre e ser capaz de criar suas próprias concepções da realidade com base em sua própria subjetividade crítica.

A partir disso, entende-se que, mesmo além das atuais fake news - tema recorrentemente discutido nos meios cibernéticos (como é o caso do Facebook) e dentro do ambiente acadêmico-estudantil -, é importante incentivar a leitura crítica da comunicação independente do enunciado a ser analisado, pois todo discurso carrega significados que, se não forem devidamente interpretados,

podem neutralizar a capacidade crítica e subjetiva dos indivíduos, massificando as opiniões.

Outro ponto vital quando se analisa a informação e como ela é comunicada, é compreender que, em uma esfera cada vez mais produzida pelo coletivo, é importante conscientizar os indivíduos da sua responsabilidade social em produzir e, principalmente, reproduzir, a informação de maneira consciente. Beth Carmona (1998), ao falar sobre emissão consciente e recepção crítica, cita que “a criança que assiste à TV recebe um tipo de representação que acaba se refletindo no desenvolvimento e na continuação dos papéis representados na sociedade”. Portanto, é vital não somente incentivar a leitura crítica dos meios, mas, primordialmente, emitir mensagens de maneira consciente de seus impactos.

Para tanto, a educomunicação, enquanto área de formação de docentes e comunicadores, deve auxiliar no processo de aprendizagem da leitura crítica, e, primordialmente, na produção de comunicações cada vez mais conscientes de que todo conteúdo exposto é um conteúdo a ser aprendido pelo espectador e, portanto, deve ser pensado de maneira educativa e construtiva.

**Estudantes do curso de Licenciatura em Educomunicação ECA-USP*